

“UM TANTO PERDIDO NA TRADUÇÃO”: REFLEXÃO DE UM GEÓGRAFO SOBRE OS PRIMEIROS CONTATOS TEÓRICOS COM ALGUNS DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA

Carlos Eduardo Henning¹

Resumo: Este artigo procura apresentar algumas reflexões de um geógrafo em transição idiomática interdisciplinar para a Antropologia. Aborda centralmente as impressões e processos subjetivos desenvolvidos frente a algumas discussões (conceitos, idéias, instrumentos teóricos, etc.) suscitadas pelos primeiros contatos com os métodos e técnicas de pesquisa em Antropologia, tais como: a subjetividade nas etnografias, os diferentes modos de feitura etnográfica e o processo de *sentir-se afetado* pelo universo do outro. Debate também o papel do antropólogo: mediador de fricções interétnicas, representante, intérprete? Faz uma crítica à idéia do pesquisador como sujeito neutro. Por fim, a reflexão aborda a idéia de antropologia como uma ciência que é também arte, assim como a questão da percepção do antropólogo como autor, dialogando com autores como James Clifford, Clifford Geertz e Nestor Perlongher. Trata-se igualmente de uma homenagem póstuma ao antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira.

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade. Geografia. Antropologia. Subjetividade. Transição Interdisciplinar.

“A LITTLE BIT LOST IN TRANSLATION”: REFLECTION FROM A GEOGRAPHER ABOUT THE FIRST THEORETICAL CONTACT WITH SOME OF THE METHODS AND TECHNIQUES OF RESEARCH IN ANTHROPOLOGY

ABSTRACT: This article tries to introduce some reflections from a geographer under interdisciplinary idiomatic transition to Anthropology. It centrally approaches the impressions of subjective processes developed in front of some discussions (concepts, ideas, and theoretical instruments, etc...) appeared in the first contacts with the methods and techniques in anthropology, such as: the subjectivity at the ethnographies, the different kinds of *ethnographic* features, and the process of feeling itself affected by the others universe. And also debates which the anthropologist function is: interethnic frictions mediator, delegate, translator? It makes a critique against the idea of the anthropologist as neutral subject. At last, the reflection approaches the perception of the anthropologist as author, in a dialogue with authors as James Clifford, Clifford Geertz, and Nestor Perlongher. This article intends to be a posthumous homage to the anthropologist Roberto Cardoso de Oliveira.

Keywords: Interdisciplinarity. Geography. Anthropology. Subjectivity. Interdisciplinary Transition.

1 INTRODUÇÃO: UMA ESPÉCIE DE DICIONÁRIO COMPLEXO

O título deste trabalho pode produzir alguma estranheza, remete-se, no entanto, a uma analogia com o filme “*Lost in Translation*” da diretora Sofia Coppola², o qual me

¹ Mestrando em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC e Bacharel em Geografia pela FAED/UDESC.

² “*Lost in Translation*” significa algo como “Perdido na Tradução”, no entanto, no Brasil foi intitulado “*Encontros e Desencontros*”. O filme é dirigido por Sofia Coppola, realizado em 2003 e lançado em 2004, tem como protagonistas os atores Scarlett Johansson (como Charlotte) e Bill Murray (como Bob Harris). O filme foi

suscitou sensações semelhantes às aquelas experimentadas em sala de aula durante a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia I³, conforme o conhecimento era produzido, digerido, transformado, me atingindo comumente envolto em uma aura de estranhamento, assombros e surpresas, “revoltando as areias do fundo de meu lago”, expressão que designo para a sensação de que certezas indeléveis foram abaladas, certa confusão decorrente deste abalo foi produzida, e que um rico processo é vivenciado, embora ainda não tenha a clarividência de avistar uma próxima estação, se é que isto é possível ou desejável. É importante ressaltar que, neste artigo, por uma questão de exequibilidade, abordo apenas alguns dos métodos e técnicas de pesquisa em Antropologia.

Provenho de uma graduação em Geografia, e como que ‘por acaso’ me vejo vivenciando um mestrado em Antropologia Social. Esta afirmação não pressupõe nenhum ‘aventureirismo’ nesta incursão ao mundo antropológico, posto que me dediquei objetiva e conscientemente para tanto. Explicarei um pouco melhor: enquanto elaborava meu Trabalho de Conclusão do Curso de graduação (TCC), cujo tema tratava do estabelecimento de um território de sociabilidades homossexuais no centro histórico de Florianópolis⁴, deparei-me com uma cena um tanto inusitada: boa parte dos professores que me aconselhava para angariar bibliografia dirigida indicava textos de antropólogos e, todas as vezes em que os lia, algo me encantava, havia algo diferente, *misterioso* (certamente pela minha ignorância conjuntural), enfim, uma certa ‘precisão sensível’. Aos poucos, fui me preocupando mais com as datas e processos de seleção do mestrado em Antropologia Social do que com o de “minha ciência natal”. Assim, ‘forças centrípetas’ me atraíram a navegar um novo mar.

Nosso caro, e infelizmente recém finado, professor Roberto Cardoso de Oliveira⁵ (2000) afirmava que as disciplinas possuíam ‘idiomas’ próprios, espécies de ‘representações coletivas’ provindas do pensamento de um agrupamento de estudiosos de uma determinada disciplina. Explicitava, desta maneira, o fato de o homem não pensar só, fazendo-o sempre

elogiado por crítica e público. Segundo a descrição no encarte do filme (no Brasil): “Bob Harris e Charlotte são dois americanos em Tóquio. Bob é um decadente astro de cinema que está na cidade para filmar um comercial de uísque. E a bela Charlotte acompanha seu marido John, um fotógrafo viciado em trabalho. Ambos estão no mesmo hotel, mas não se conhecem. Dividem apenas o tédio das horas que custam a passar. Bob passa quase todo o seu tempo livre no bar do hotel. Enquanto Charlotte fica horas olhando pela janela de seu apartamento. Até que um dia eles se conhecem e um novo mundo se descortina para ambos. De repente, Tóquio parece mais colorida, mais agitada e atraente. E aquelas vidas, antes tomadas pelo aborrecimento, ganham novas perspectivas. Nasce entre Bob e Charlotte uma amizade mágica, uma cumplicidade raramente vista, uma nova forma de ver a cidade e a vida.”

³ Disciplina obrigatória ministrada no PPGAS/UFSC pela Prof^a. Dr^a. Miriam Pillar Grossi no primeiro semestre de 2006. Este artigo foi originalmente apresentado como trabalho final de disciplina.

⁴ *POINTS & BABADOS: Estudo sobre o estabelecimento de um território de sociabilidades homossexuais no centro histórico de Florianópolis entre os anos de 1970 e 2005*, orientado pelo Prof. Francisco Canella.

⁵ Consagrado antropólogo brasileiro falecido em Julho de 2006.

socialmente através de uma ‘comunidade de comunicação’. Portanto, esta viagem “além mar” da Geografia para a Antropologia, nos primeiros passos efetivos de um geógrafo (e agora proto-antropólogo), faz surgir um sentimento de “*being a little bit lost in translation*”, algo como “estar um pouco perdido na tradução” interdisciplinar. Pretendo tratar deste sentimento e de alguns conceitos, categorias, instrumentos metodológicos e técnicos, assim como questões éticas, debatidos neste processo vivenciado.

É interessante pensar nas possibilidades de um caminho inverso, ou seja, de alguém que parte da Antropologia para a Geografia. Primeiramente, nota-se que praticamente inexitem graduações em Antropologia no Brasil⁶, geralmente a graduação é feita em Ciências Sociais ou em outra área (História, Geografia, etc.) e apenas na pós-graduação é que se parte para a disciplina propriamente. Entretanto, pensando em termos metodológicos, diferentemente da Antropologia (que tem metodologias notoriamente suas: como o método etnográfico – descrição densa, observação participante, etc.), a Geografia poderia ser vista como uma disciplina cindida, no mínimo, entre sua vertente ‘Humana’ e sua vertente ‘Física’, portanto, contando com empréstimos e possibilidades metodológicas múltiplos (muitas vezes também provindos de outras disciplinas)⁷.

Desta forma, este trabalho tem centralmente por intenção analisar reações, impressões, construções teóricas (e desconstruções) neste estado de mestrando em contato primevo com alguns dos métodos e técnicas de uma ‘nova’ disciplina. Estou certo de que esta reflexão auxiliará, por conseguinte, na construção das bases metodológicas de minha dissertação⁸. Espero também que possa auxiliar outros acadêmicos que estejam em vias de experimentar situação de transição semelhante a superar os desafios do desconhecido e seguir em frente.

É igualmente importante explicitar que este artigo se propõe a homenagear Roberto Cardoso de Oliveira a quem considero uma espécie de *cicerone* disciplinar, uma vez que a leitura de seus textos, nesse processo de inserção, me influenciou (e encantou) decisivamente na decodificação da linguagem antropológica⁹.

⁶ Embora seja no curso de Ciências Sociais que a Antropologia é estudada no âmbito da graduação no Brasil.

⁷ Estas observações não pressupõem que a Antropologia Social não tenha também suas cições acadêmicas e múltiplas possibilidades metodológicas ou que a Geografia não possua métodos igualmente notórios.

⁸ Sou orientado pela Prof^{ra}. Dr^a. Sônia Weidner Maluf e co-orientado pela Prof.^a Dr^a. Alicia Gonzales Castells e meu projeto de qualificação de mestrado, aprovado em dezembro de 2006, intitula-se *O PEDAÇO DIVIDIDO: Etnografia de um território da noite gay de Florianópolis enfocando manifestações distintas e discriminatórias entre GLBTT através de uma análise de gênero, sexualidade e interseccionalidades*.

⁹ Gostaria de agradecer aos colegas Martina Ahlert e Everton Luís Pereira, ambos mestrandos do PPGAS/UFSC, pelas valiosas dicas e críticas ao presente trabalho.

2 DIÁRIOS DE CAMPO: “OUTRO TEMPO, OUTRA PESSOA” E O ANTHROPOLOGICAL BLUES...

Em decorrência da leitura de *O Diário e suas Margens*¹⁰ (2002) de Roberto Cardoso de Oliveira nasceu um poema. O senhor antropólogo, cujas leituras me agradaram tanto durante os últimos meses e enquanto ainda permanecia vivo, fazia uma relação do jovem antropólogo que fora na década de 1950, quando fazia suas primeiras incursões aos ‘quase míticos’ índios (dos quais apenas lera e ouvira falar em conferências e palestras, mas nunca vira) para com o velho antropólogo, respeitado e consagrado, um “outro tempo, outra pessoa”:

“XXV

[Achamos
que somos a mesma pessoa
do início ao fim]
Há algo errado.
Há muitas vozes.
Ganho coisas de gente
que me estima.
Mas já não sou
quem essa gente
pensa.
Eu já morreu”.¹¹

Para Roberto Cardoso (2002, p. 21), “nessa presentificação do passado, aquilo que está dito foi dito por alguém que não é mais o mesmo autor do texto atual”, o agora leitor de seus próprios diários é autor de um segundo texto que é redigido às margens do primeiro. Para ele, há uma tensão entre o autor-jovem e o leitor-velho que pode ser fecunda: “os autores, o de ontem e o de hoje, passam a dividir com os eventos memorizados o cenário da investigação”.

Meu poema, além de procurar materializar facetas da relação supracitada, também expressa as mudanças que me afetam (inclusive no âmbito da vida privada), em uma mudança de perspectivas benéfica e de certa forma, ‘mortal’: surge, por muitos prismas, uma paulatina ‘outra pessoa’. A presença do poema também tem relação com o processo subjetivo pelo qual passa o antropólogo no curso de sua formação, do qual Roberto Da Matta (1978) chama,

¹⁰ Roberto Cardoso de Oliveira (2002, p. 22), embora acreditasse que os diários de campo não eram matéria digna de publicação por seu caráter ‘cru’, decidiu publicar os seus, pois gostaria de auxiliar os novos antropólogos para que: “minha experiência profissional sirva àquele que estiver dando os primeiros passos no trabalho antropológico”. Seus diários, além de instrutivos nesses primeiros passos, ainda exibem um caráter histórico, uma vez que apresentam um recorte histórico da antropologia brasileira de meados do século XX.

¹¹ Poema de minha autoria integrante de um livro de poesias e contos que pretendo publicar em breve.

poeticamente, de *'Anthropological Blues'*¹²: em meu caso, uma explicitação deste processo que geralmente permanece desconhecido na escrita etnográfica, embora neste caso todavia se trate apenas de uma escrita 'antropológica'.

E já que a questão dos diários de campo foi citada, há que se desenvolver um pouco de sua importância no âmbito da elaboração do trabalho antropológico como estimulador da memória de um passado recente ou remoto, trazendo-o para um horizonte mais próximo do presente¹³. Há muitas maneiras de confecção de diários, podendo expressar uma multiplicidade de questões. Como não ocorre sua publicação de maneira costumaz, geralmente eles expõem também impasses subjetivos na relação do *sujeito antropólogo* com questões objetivas da disciplina, com os *sujeitos nativos*, questões éticas, fricções étnicas, etc. Esta liberdade se expressa principalmente por ser seu objetivo primordial não a publicação, mas o auxílio na produção de textos antropológicos e etnográficos.

As anotações e diários de campo, produzidos em campo, são levados *a posteriori* até os locais onde as etnografias são produzidas (geralmente outrem do que o local da pesquisa em si), seriam, logo, espécie de matéria prima essencial para a feitura etnográfica e, portanto, fariam também parte dela. James Clifford (1998) nos dá um quadro deste processo de 'exportação textual':

O etnógrafo sempre vai embora levando com ele os textos para posterior interpretação. [...] O texto, diferentemente do discurso, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é feita no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar [...] Os eventos e encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos. (CLIFFORD, 1998, p. 40)

Portanto, tanto técnica quanto subjetivamente, os diários de campo são primordiais: há que se produzi-los, assim como utilizá-los não apenas quando do *being there*, mas também no *being here*¹⁴, no ambiente da sala de aula, (sendo professor ou aluno) no

¹² Da Matta (1978) relata o "Anthropological Blues" como um processo subjetivo pelo qual passa o etnólogo, admitindo fatos e situações que ocorrem com o mesmo (e que geralmente não são conhecidos na escrita etnográfica) demonstrando o "lado humano e fenomenológico da disciplina" e que não devem ser obliterados se há a pretensão de "assumir o ofício de etnólogo integralmente". Declara também, no entanto, que não proclama a falência do rigor científico, no entanto é necessário "percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa" (*op. cit.*, p. 43).

¹³ Neste sentido de 'trazer à memória', o diário adquire muitas possibilidades, como o caso citado por Carmen Rial, em aula especial de Antropologia Visual (interna à de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia I): em algumas ocasiões o antropólogo pode se utilizar de fotografias como recurso à memória, o que não limita a idéia de diário à sua vertente escrita, embora seja a mais comum.

¹⁴ Segundo Geertz (1989), o fato que dá autoridade ao texto do antropólogo – o 'milagre invisível' – e que faz com que não apenas acreditemos em praticamente tudo o que é descrito, mas também 'vivamos' o que o antropólogo viveu, é o fato de o autor ter 'estado lá', realmente inserido no mundo nativo que relata. É relevante citar aqui que também este antropólogo internacionalmente renomado veio, infelizmente, a falecer no ano de 2006.

cotidiano do trabalho antropológico e até na escrita descritiva dos sonhos¹⁵, posto que idéias e *insights* geniais se esvaem inutilmente quando obliteramos tal *cornucópia do inconsciente*.

3 CHARLOTTE, OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E SENTIR-SE AFETADO...

Há determinado trecho do filme “*Lost in Translation*” em que Charlotte, personagem de Scarlett Johansson, devido ao extremo tédio motivado pelas horas em que passava sozinha no quarto de um hotel sem muito o que fazer, esperando o retorno do marido ‘*workaholic*’¹⁶, decide excursionar pelas ruas e parques de Tóquio. Em determinado momento, alcança um mosteiro budista onde alguns monges praticam uma cerimônia religiosa: ela os observa ao longe, da porta, enquanto eles recitam orações e tocam instrumentos. Na cena seguinte, ela aparece em seu quarto de hotel falando ao telefone com uma mulher que se encontra nos Estados Unidos. Ocorre, então, uma conversa emocionada: Charlotte chora e começa a relatar que viu “*alguns monges, eles estavam cantando, eu não senti nada...*”, logo depois relata, de maneira um pouco desconexa, seus problemas de solidão, que o marido mudara os produtos que usava no cabelo e que não sabia com quem se casara. A mulher do outro lado da linha não tem muito tempo e a conversa não evolui.

Algumas cenas adiante, Charlotte é convidada por um grupo de mulheres japonesas, vestidas com quimonos, a participar da decoração de belos vasos ornamentais em um dos ambientes do hotel – é um outro momento. Ela, inicialmente surpresa e sem compreender o que lhe diziam em japonês, aceita o convite e participa daquela decoração quase ritual. Ali ela se integra, se entrega, participa, se afeta.

De certa forma, a visão de observação participante (ato essencial no feitiço etnográfico) como James Clifford (1998, p. 33) a define, “amalgama peculiar de experiência pessoal intensa e análise científica” ou então como “um contínuo vaivém entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ dos acontecimentos: de um lado captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos”, pressupõe um envolvimento, um ‘deixar-se afetar’.

Na primeira cena, aquela em que Charlotte “não sente nada” ao presenciar o ritual dos monges, presume-se que não ocorre este ‘deixar-se afetar’; na segunda, quando aceita o convite das senhoras japonesas e as auxilia na decoração dos vasos, este fato ocorre, Charlotte sensibiliza-se para o contexto *do outro*. Clifford (1998, p. 36) afirma que a “a autoridade

¹⁵ Esta idéia foi defendida pela Prof.^a Miriam Pillar Grossi, a quem referencio a contribuição.

¹⁶ Que trabalha em demasia, algo como ‘doente por trabalho’.

experiencial está baseada numa ‘sensibilidade’ para o contexto estrangeiro, uma espécie de conhecimento tácito acumulado, e um sentido agudo em relação ao estilo de um povo ou de um lugar”. É óbvio que Charlotte não é uma antropóloga, mas creio que tais cenas podem ser metaforicamente exemplares, ainda mais postas frente à idéia de que a entrada em um universo expressivo do outro, estranho, é subjetiva por natureza, perceptiva, experiencial, e “a experiência está intimamente ligada à interpretação”, como nos afirma Clifford (*op. cit.*, p. 36).

4 ALGUMAS QUESTÕES ÉTICAS, INFORMANTE PRIVILEGIADO, POLIFONIAS E MULTIAUTORIAS

Partindo dessas observações, é possível constatar que a pesquisa etnográfica não se limita a suscitar questões relativas apenas aos diários de campo ou à observação participante, mas traz à tona também diversos e incontáveis debates. A seguir, pretendo apresentar algumas reflexões referentes ao plano ético que está implicado no fazer etnográfico, uma vez que este promove encontros e olhares com (e para) o outro.

À luz da teoria antropológica e tomando como exemplo a análise de meu TCC, percebo que muitas das questões aqui abordadas já haviam sido levantadas em sua elaboração, embora de maneira um tanto quanto inconsciente e sem dialogar diretamente com os métodos antropológicos. O consentimento informado¹⁷, por exemplo, não me foi grande problema: a todos os entrevistados eu já afirmava, no início da entrevista, que se tratava de uma pesquisa com tais e quais objetivos e interesses. Isto não pressupõe um posicionamento rígido quanto a questão, posto que é perfeitamente compreensível que haja casos em que isto se torna impossível para o pesquisador, sem que a pesquisa seja seriamente avariada ou impossibilitada. (Como a discussão da profunda diferença entre *pesquisas em* e *pesquisas com*¹⁸ seres humanos nas diferenciações de regulamentação ética, questão que legalmente obrigaria qualquer antropólogo a avisar previamente seus grupos estudados do caráter de sua pesquisa).

A questão da confidencialidade dos entrevistados foi seguida à risca, no entanto, algo interessante – posto que meu TCC abordava centralmente espaços de lazer de homossexuais no centro histórico – foi que somente me ocorreu resguardar os nomes dos

¹⁷ Fato que pressupõe que o pesquisador social deve notificar seus entrevistados previamente de que se trata de uma pesquisa acadêmica e quais são os seus fins.

¹⁸ Ver Guillem e Diniz (2005).

estabelecimentos comerciais aos quais freqüentavam quando li o “*O Negócio do Michê: A Prostituição Viril*” de Néstor Perlongher (1987), onde este relata que ocultou os nomes verdadeiros dos locais descritos em sua dissertação. Deparei-me, assim, com um questionamento ético profundo: é realmente efetivo resguardar os nomes dos entrevistados e declarar os nomes dos locais que freqüentam? Posto que um TCC é público, um *skinhead*¹⁹, por exemplo, poderia ter acesso às descrições de algumas determinadas sociabilidades, às localizações exatas e aos nomes de quase todos os estabelecimentos *GLS*²⁰ contemporâneos no centro histórico de Florianópolis. Esta é uma questão crítica, que pretendo retrabalhar quando me puser a escrever a dissertação e outros trabalhos vindouros: como lidar melhor com a confidencialidade das fontes quando o assunto é homossexualidade? Identificar freqüentadores, trabalhadores, donos e gerentes de bares ou boates *GLS* de maneira a não criar constrangimentos, danos éticos, problemas de segurança e demonstrando maior responsabilidade.

Embora seja senso comum afirmá-lo, é necessário ter muita sensibilidade quanto às questões éticas, posto que o autor é responsável pelo que decide descrever e demonstrar. Há uma infinidade de questões éticas e morais às quais temos que refletir no trabalho antropológico e, obviamente, em qualquer ciência que se proponha a investigar a sociedade. Podemos nos perguntar se existem tais questões com abrangências universais, válidas universalmente: há uma ética ou moral universal? Não creio que seja possível afirmá-lo, no entanto, há implicações no mínimo políticas para quaisquer declarações provindas de um antropólogo (geógrafo, sociólogo, historiador...) acerca do grupo social que estuda. Tais questões são complexas, posto que é possível encarar ética e moral como percepções de ordem relacional (moral do pesquisador *versus* moral do nativo) e posicionalmente relativas. Nas discussões suscitadas durante as aulas da disciplina,²¹ foram levantadas diversas ‘éticas’: a ética do grupo do informante, a ética da sociedade do pesquisador, a ética individual do pesquisador, a ética da comunidade científica antropológica, etc. Há um movimento interessante de abordagem do tema com o surgimento dos ‘antropólogos nativos’, que costumam *sentir* a necessidade de tais debates no trabalho de pesquisa e de elaboração teórica antropológica.

Outro ponto de reflexão suscitado e que gostaria de ressaltar foi que em minha pesquisa de conclusão de curso angariei o apoio de um *informante privilegiado* que me

¹⁹ Embora a expressão seja localizada, refiro-me a quaisquer indivíduos *homofóbicos* e com posicionamentos agressivos contra *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneres.

²⁰ Sigla que se refere a *gays*, lésbicas e ‘simpatizantes’.

²¹ A já citada disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia, de onde este artigo se originou.

auxiliou de maneira decisiva para manter contato com alguns frequentadores do *pedaço*²² GLBT²³ desde a década de 1970. Agradei e expliciti no corpo textual do trabalho sua importância nos contatos para as entrevistas de meu TCC, no entanto, frente às discussões levantadas por James Clifford (1998) sobre multiautoria – sobre quem é na verdade o autor das anotações e impressões de campo – tendo a reconhecer, no mínimo uma espécie de co-autoria ‘produtiva’ com o informante citado (isto sem citar os demais entrevistados, que auxiliaram no processo de maneira semelhante, embora não tão intensamente).

Assim procuro dialogar com as idéias acerca da heteroglossia e de plúriautoria, que, segundo Clifford (1998, p. 55), “desafiam a profunda identificação ocidental de qualquer organização de texto com a intenção de um único autor”, retirando assim, algumas outras autoridades textuais semi-ocultas da escuridão do não-dito.

5 O PAPEL DO ANTROPÓLOGO: MEDIADOR INTERÉTNICO, REPRESENTANTE, INTÉRPRETE, SUJEITO NEUTRO?

Roberto Cardoso de Oliveira (2004), no texto “O mal-estar da Ética na Antropologia Prática”, apresenta questões verdadeiramente instigantes ao situar o papel do antropólogo como mediador das ‘fricções étnicas’: os conflitos e a comunicação interétnica. O autor procura uma antropologia comprometida também com a vida dos sujeitos submetidos à observação, assim como uma ciência preocupada com a eticidade, garantindo condições de se alcançar consensos ‘pela via do diálogo’ entre as partes envolvidas.

O centro argumentativo do artigo refere-se às relações étnicas entre índios *versus* não índios e em como é comum surgir um profundo mal-estar no antropólogo por sua condição de mediador entre culturas e (friso do autor) pessoas *de carne e osso*, uma vez que não lhe é limitado apenas estudar tais relações, é-lhe facultado atuar sobre elas. Em determinado momento, o autor se pergunta se mais do que brigar, não deveria ele elucidar. Estava ele entre duas visões de mundo irreconciliáveis, exceto pelo exercício de uma argumentação que levasse o índio e o regional a construir um consenso, onde então, a razão argumentativa triunfaria.

Quanto a esta ‘construção do consenso’ a qual o antropólogo teria como uma das suas primeiras ‘tarefas’, permaneço com um questionamento profundo, pois como o próprio

²² Referência à categoria *pedaço*, de Magnani (1996, p. 4): “Uma característica fundamental do pedaço é a imposição por um grupo de sua própria lógica fazendo com que espaços que aparentemente não se ligam ganhem uma outra dinâmica, imprimindo ali certas regularidades e regras de construção de suas sociabilidades”.

²³ GLBT refere-se a: *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneres.

autor afirma, ‘estando frente a dois campos semânticos irreconciliáveis’, e mais do que isso, a dois *campos de interesse contraditórios*, como criar um consenso que não seja, em verdade, a subjugação dos interesses de uma das partes em detrimento dos interesses da outra? Em verdade, o consenso, nos termos do texto, parece envolto em uma névoa romântica e idealista de que pode ser alcançado de modo que ambas as partes étnicas conflitantes possam sair sempre satisfeitas da demanda.

O autor também faz uma relevante distinção analítica entre ‘esferas éticas’: a *micro*, a *meso* e a *macro*, sendo a *micro*, relativa ao espaço ocupado pelas particularidades, como as que envolvem a cultura tribal; a *meso* referindo-se ao espaço ocupado pelos estados-nacionais, cuja principal atribuição seria a de mediação entre as outras duas esferas (a *micro* e a *macro*), sendo também a esfera privilegiada de atuação do antropólogo neste seu papel de mediador interétnico; e a *macro* esfera seria a representante do espaço universal, dos *valores universalizáveis*²⁴, na busca por uma *ética planetária*²⁵, que, como já abordado anteriormente, é uma procura, por si só, altamente relativa e questionável.

Um ponto central que me instiga nesta discussão é o discurso do distanciamento do pesquisador quanto às fricções interétnicas ou às fricções políticas dos grupos urbanos ocidentais. Em alguns casos, o pesquisador parece acuado a não demonstrar engajamento, a manter uma postura neutra, o que pode ser interpretado como uma posição de neutralidade científica. Portanto, frente ao questionamento que propus anteriormente: “como mediar campos de interesse contraditórios?”, pretendo expressar uma visão de que a pretensa ‘neutralidade’ – muitas vezes percebida como uma confortável posição – não deixa de ser uma posição política, e quando ela é assumida pelo pesquisador, ele nada mais faz (conscientemente ou não) do que apoiar tacitamente a posição do ‘mais forte’, seja lá de qual lado este ‘mais forte’ estiver (embora tenhamos idéia clara de que lado geralmente está, seja em disputas políticas de gênero ou fricções interétnicas entre indígenas e latifundiários, etc). Desta forma, questionando esta percepção de neutralidade como ‘apolítica’, parte-se do pressuposto de que é praticamente impossível ignorar a política ou estar fora dela.

Perlongher (1987), entretanto, ressalta, em determinado ponto de “O Negócio do Michê”, a diferença entre ‘*observação participante*’ (recomendação clássica da Antropologia, preocupando-se também em contribuir “no desenvolvimento e na organização do grupo com seu trabalho de pesquisa”, muitas vezes auxiliando-o através da ‘devolução de informação’) e

²⁴ Integrando também a ‘macro esfera’ estariam os órgãos internacionais como a ONU (Carta dos Direitos Humanos...).

²⁵ Mais adiante, o autor afirma ser praticamente impossível o alcance de uma ética planetária.

'participação militante', criticando a última como postura conjuntural do pesquisador. Sua crítica é pertinente e interessante, porém tenho a impressão de que certa 'participação engajada' do pesquisador em determinados contextos faz-se necessária, especialmente nas já citadas questões de fricção interétnica ou em disputas políticas intergrupais nas sociedades complexas contemporâneas.

6 ANTROPOLOGIA: CIÊNCIA E ARTE? ANTROPÓLOGO COMO AUTOR...

“Já há muito se afirmou que a antropologia científica é também uma ‘arte’, que as etnografias têm qualidades literárias”²⁶ (CLIFFORD, 1986, p. 4). Quando li esta frase em “Writing Culture”, senti certo impacto: “pois então estou submetido a uma disciplina científica que é também arte?”²⁷ Eu que sempre apresentara purismos científicos me pus a refletir e constatei, então, que o ato de escrever emerge como algo central ao que os antropólogos fazem, tanto em campo, como fora deste, assim como debatido por Geertz (1989). Ora, para mim não se apresentava um problema: escrever foi sempre um ofício que me apeteceu. Mais adiante, Clifford (1986) introduz uma interessante descrição do feitiço etnográfico:

*A tradição da etnografia [...] faz do familiar, estranho, do exótico, cotidiano. [...] está ativamente situada entre poderosos sistemas de significado. Propõe suas questões nas fronteiras das civilizações, culturas, classes, raças e gêneros. A etnografia decodifica e recodifica [...] descreve processos de inovação e estruturação e é ela mesma, parte desses processos.*²⁸ (CLIFFORD, 1986, p. 2)

O autor relata também que diversos antropólogos consagrados demonstraram interesse por teorias e práticas literárias, sendo que alguns deles, como Margaret Mead, Edward Sapir e Ruth Benedict se viam ao mesmo tempo como antropólogos e artistas literários. E que diferentemente de décadas passadas, em que a fronteira entre arte e ciência era para alguns desses antropólogos, nebulosa, atualmente influências literárias têm mantido distância do centro ‘rigoroso’ da disciplina.

²⁶ Tradução livre do trecho a seguir: “It has long been asserted that scientific anthropology is also an ‘art’, that ethnographies have literary qualities.” (CLIFFORD, 1986, p. 4).

²⁷ É importante ressaltar que esta é a visão de alguns autores sobre a Antropologia e não se trata exatamente de uma visão consensual no âmbito da referida disciplina.

²⁸ Tradução livre do trecho a seguir: “Ethnography’s tradition [...] makes the familiar strange, the exotic quotidian. [...] Ethnography is actively situated between powerful systems of meaning. It poses its questions at the boundaries of civilizations, cultures, classes, races, and genders. Ethnography decodes and recodes, [...] It describes processes of innovation and structuration, and is itself part of these processes” (CLIFFORD, 1986, p. 2).

Já Geertz (1989) intenta estudar exatamente este “textual” dos antropólogos, a maneira como se expressam, numa escrita quase ‘literária’ como autores e antropólogos. Afirma que geralmente se espera que os bons textos antropológicos sejam diretos, simples, objetivos e sem grandes outras pretensões, e (claro) que não convidem a atentos exames literários.

Como já afirmado, o fato que dá autoridade ao texto do antropólogo – o ‘milagre invisível’ – e faz com que não apenas acreditemos em praticamente tudo o que é descrito, mas também ‘vivamos’ o que o antropólogo viveu, segundo Geertz (1989), é o fato de o autor ter “estado lá”, realmente inserido no mundo nativo que relata. Esta autoridade teria tal peso que, mesmo quando outros antropólogos vão pesquisar as mesmas culturas já estudadas anteriormente por outros autores (às vezes os mesmos grupos sociais inseridos nos mesmos espaços), obtendo dados diversos (contraditórios), tende-se primeiro a questionar a existência de falhas na pesquisa mais recente, antes de se questionar o trabalho efetuado pelo antropólogo anterior, consagrado.

E, finalmente, as questões biográficas do autor e antropólogo são referenciais no desenvolvimento da construção textual (afinal, escrever é o que os etnógrafos acabam por fazer tanto dentro quanto fora do campo), posto que constroem os textos a partir das vivências, geralmente pessoais (e quase sempre individuais), questões sumamente subjetivas. Inclui-se assim, sobre o problema da relação pesquisador/pesquisado, a questão da relação autor/texto.

7 UMA CERTA CONCLUSÃO...

Assim como o professor Roberto Cardoso de Oliveira (2002) fez seu percurso de aprendizado de um novo ‘idioma’ – da Filosofia para a Antropologia – lá pelos idos da década de 1950, faço agora meu próprio percurso. Infelizmente, iniciei o caminho quando tal antropólogo finaliza o seu, não só profissional, mas também o de sua vida. Este trabalho, embora não muito digno para tanto, é em sua homenagem, por seu empenho em auxiliar novos antropólogos a caminhar por suas próprias ‘trilhas antropológicas’ e de vida.

A intenção era relatar algumas das questões que mais me instigaram durante este processo inicial de transição disciplinar, fato que procurei executar minimamente. Obviamente, havia muitos pontos a abordar, no entanto, foi necessário focalizar em apenas alguns. Espero que a expressão de certo desajustamento comum e ‘natural’ à troca de idiomas

disciplinares tenha ficado clara de maneira não depreciativa, posto que me considero irremediavelmente apaixonado pela disciplina que é ‘tão científica quanto artística’.

Como afirmado na introdução, mais do que necessariamente abordar de forma direta meu tema de dissertação, este trabalho tinha por intenção analisar processos de apreensão subjetivos neste estado de mestrando em contato inicial com alguns métodos e técnicas da disciplina. Espero que tais intentos tenham sido alcançados a contento, e que esta reflexão seja relevante para não apenas me auxiliar nas bases da elaboração de minha dissertação, como também para auxiliar outros pesquisadores que porventura passem por processo de transição semelhante.

Ao início deste artigo, afirmei que a gênese do ‘deixar-me envolver’ pela antropologia (esse *apaixonamento epistemológico*), ocorreu com o contato com algo misterioso, uma certa ‘precisão sensível’ que a Antropologia me apresentava. Não creio ter desvendado este mistério, posto que não há uma antropologia *una*, ou única visão acerca desta, portanto, não há como desvendar mistérios (se é que alguém ainda crê que se desvendem mistérios de maneira peremptória). Talvez a existência mesma desse mistério seja o que fomenta o intuito de prosseguir em procuras por respostas (e não seria isto um pouco do espírito das ciências?). Enfim, talvez não fosse esta a melhor maneira de encerrar esta reflexão, mas assim a será.

Sigo a trilha neste caminho, procurando algumas respostas conjecturais, realizações subjetivas e algumas alegrias frugais, como um jovem e pretenso antropólogo que desejo, logo, ser. Os primeiros passos de uma trilha que espero ser longa, demasiado longa...

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: Víctora, Ceres, et al. (Orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004, p.13-26.

_____. *Os Diários e Suas Margens*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

_____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica. In: *Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998, p.45-67.

CLIFFORD, James, MARCUS, George. *Writing Cultures – The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley/LA/London: University of California Press, 1986, p.1-26.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’ In: Nunes, Edson. *Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978, p.23-48.

GEERTZ, Clifford. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1989.

GUILLEM, Dirce, DINIZ, Débora. A ética na pesquisa no Brasil. In: Diniz, Débora, et al. (orgs). *Ética na Pesquisa – Experiência de treinamento em países sul-africanos*. Brasília: Editora Unb/Letras Livres/OMS, 2005, p.22-49.

HENNING, Carlos Eduardo. *POINTS & BABADOS: Estudo sobre o estabelecimento de um território de sociabilidades homossexuais no centro histórico de Florianópolis entre os anos de 1970 e 2005*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia, UDESC, 2005.

MAGNANI, José G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José G. C. *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP e FAPESP, 1996, p.17-43.

PERLONGHER, Nestor. *O Negócio do Michê: a prostituição viril*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Carlos Eduardo Henning
Av. Hercílio Luz, 839
Centro – Florianópolis / SC
CEP 88020-001
E-mail: otipodoguri@gmail.com

Recebido: 31/07/2006
Aprovado: 13/03/2007